

# Apresentação do Dossiê

Volume 6, Número 12, Julho/Dezembro de 2019

## Os índios na história e a história ambiental

Os recentes assassinatos de índios Guajajara habitantes no Maranhão, além de evidenciarem o aumento das violências contra os indígenas no atual cenário sociopolítico vivenciado no Brasil, também corroboraram as intrínsecas relações dos conflitos enfrentados pelos povos indígenas com as invasões de interessados nos recursos naturais existentes nos territórios indígenas. Da mesma forma, as queimadas intencionais na Amazônia atingiram muitas terras habitadas pelos indígenas, onde invasores pretendem ampliar seus latifúndios.

Em outras situações semelhantes ocorridas por todo país, como as indignas e absurdas condições vivenciadas pelos Guarani-Kaiowá/MS, os Kaingang/RS, os povos indígenas atingidos com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte/PA, os Tupinambá/BA e os Anacé/CE, observamos as reivindicações e mobilizações indígenas na defesa das suas terras e do Ambiente onde habitam. É nessa perspectiva que percebemos as relações entre os índios na História e a História Ambiental, pensando essas relações nas formas de acesso, domínio, atribuições de dimensões simbólicas e utilização dos recursos ambientais na afirmação identitária indígena, nas diferentes regiões e biomas brasileiros.

As abordagens da chamada “nova história indígena” a partir da década de 1990 vem discutindo e evidenciando os protagonismos sociopolíticos dos indígenas na História do Brasil. Buscando superar visões deterministas que enfatizavam os índios como vítimas diante do avassalador processo apenas inicial da colonização portuguesa, são pesquisas históricas que, principalmente com importantes diálogos com a Antropologia e também outras áreas do conhecimento, vem contribuindo decisivamente nas discussões para repensar os papéis e lugares dos indígenas em diferentes espaços e períodos ao longo da história do nosso país.

A História Ambiental busca estudar nos processos históricos as relações humanas com a Natureza. É um campo de pesquisas relativamente recente na área da História. Embora as primeiras reflexões nessa perspectiva surgissem nos anos 1930 quando Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, os chamados “pais fundadores”

da *École des Annales*, perspectiva teórica francesa que iniciou abordagens mais amplas e interdisciplinares nas reflexões históricas, trataram de temas sobre as relações humanas com a Natureza, a vida rural e o Mediterrâneo.

Nos anos 1960/1970, diante das ameaças de um conflito nuclear mundial, as discussões ambientais foram retomadas. Na década de 1970, surgiram nos Estados Unidos as primeiras discussões nomeadas como História Ambiental, sendo Donald Worster, professor da Universidade de Kansas, considerado um dos precursores da abordagem que logo conquistou novos adeptos. No Brasil, autores como Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Josué de Castro, são listados como “historiadores ambientais” em algumas de suas obras, embora não tenham explicitamente assumido tal abordagem. Todavia, é considerado como o marco das reflexões sistemáticas sobre História Ambiental em nosso país, é o livro “A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira”, do historiador norte-americano Warren Dean (1996).

Buscando ainda fugir do determinismo geográfico, a História Ambiental atualmente prioriza a compreensão de como a Natureza foi/é apropriada pelos humanos, as formas dos processos de construção e reconstrução do ambiente natural e como os grupos humanos interferem nesse Ambiente. Também são questões relevantes para este campo historiográfico as influências do Ambiente na vida sociocultural e cosmologias dos povos indígenas, ou em situações adversas, a exemplo dos índios habitando nos mundos urbanos, onde, questionados pelo senso comum e autoridades públicas que vinculam índio a floresta/aldeia, afirmam cotidianamente territórios, identidades e direitos indígenas. Foi a partir dessas perspectivas que propomos o dossiê “Os índios na História e História Ambiental”

No texto “Nativos e terras, colonizadores e gados: experiências e conflitos nas ribeiras do Piancó e Piranhas, Capitania da Paraíba, 1695 – 1750”, o autor Yan Bezerra de Moraes analisou as relações entre os diversos povos indígenas e colonizadores nos sertões da Paraíba. Em várias guerras contra os índios ou fomentando conflitos entre os indígenas, a expansão colonial ocorreu com a criação de gado em busca de pastagens, nas ribeiras dos rios e áreas úmidas avançando sobre os territórios indígenas, que buscaram proveito na situação em favor de seus interesses diante das relações no mundo colonial.

A construção da rodovia BR-156 atravessando a Terra Indígena Uaçá, habitada pelos povos indígenas Palikur, Karipuna e Galibi Marworno no Oiapoque, Amapá, foi

discutida por Giovani José da Silva e Anderson Luís Azevedo da Rocha no texto “História, ambiente e povos indígenas no Extremo Norte do Brasil: os impactos da construção da BR-156 em Oiapoque, Amapá (1976-1981)”. Os autores, a partir da ideia de conflito socioambiental, analisaram os impactos e conflitos gerados com a implantação do projeto governamental no território habitado pelos indígenas. Estes, mobilizados em plena Ditadura Civil-Militar, enfrentaram as diversas ameaças, pressões e imposições na defesa de seus direitos.

No texto “Seguindo o fluxo do rio: tempo, tradição e emergência étnica em contextos de resistências no sertão de Itacuruba-PE”, a autora Poliana de Sousa Nascimento, pensando as relações tempo-tradição, discutiu os impactos provocadas pela implementação de projetos governamentais, com a construção de barragens para mover usinas hidrelétricas, desconsiderando as populações locais. Numa região habitada por povos indígenas, quilombolas e as chamadas comunidades tradicionais, historicamente expropriadas das terras, enfrentando violências sociais e na saúde com excessivo número de suicídios, é vivenciado um significativo processo de emergência étnica com afirmação de identidades, mobilizações e reivindicações de direitos.

Foram acolhidos ainda dois textos que diretamente não trataram das relações entre os índios na História e História Ambiental, todavia foram enviados para o dossiê que organizamos com a citada temática. Em “Pelo direito à cidade: políticas públicas e hortas urbanas em Florianópolis”, Giovana Callado Ferreira apresentou importantes reflexões a respeito de experiências sobre a práticas de agricultura urbana, destacando a formação das hortas comunitárias e institucionais, evidenciando as mobilizações pelo direito de ocupar a cidade com plantios agroecológicos frente aos interesses privados e de mercado.

No texto “A trajetória histórica dos espaços de cultivo urbano na Alemanha: interações e embates entre a urbanização e a Natureza (do séc. XIX ao XX)”, a autora Ângela Bernadete Lima também discutiu o cultivo em espaços urbanos alemães a partir do Século XIX quando trabalhadores das zonas rurais deslocaram-se para as cidades industriais. As continuidades nas relações com a Natureza, com o ambiente rural e as necessidades de produção de alimentos para o consumo dos trabalhadores foram vivenciadas com hortas urbanas e ainda como formas de resistências ao mundo industrializado.

Os dois textos, ao discutirem a importância e os significados da agricultura urbana ou a agricultura em espaços nas cidades, também evidenciaram as mobilizações

de habitantes no universo urbano, a exemplo de muitos indígenas que reivindicam os direitos a uma vida digna nas cidades. Isso porque o Censo IBGE/2010 contabilizou um número considerável de indígenas habitando afora as capitais, em cidades de médios e pequenos portes vizinhas as aldeias/territórios indígenas. A estimativa oficial apontou que cerca de 36% dos índios no país estão urbanizados, não significando necessariamente os índios moradores nas cidades, mas que muitas delas avançam sobre os territórios indígenas.

Um situação que também pôs em questão uma das concepções mais arraigadas ao pensarmos os índios no Brasil: as intrínsecas relações com a floresta, o campo, o mundo rural onde estão localizadas a maioria dos territórios indígenas. Os deslocamentos dos indígenas para as cidades historicamente ocorrem por migrações forçadas em razão de conflitos, perseguições e violentas expulsões de suas terras; pelas buscas de melhores condições de vida tendo em vista, por exemplo, as condições ambientais como é o caso da Região Nordeste com períodos de longas estiagens ou secas prolongadas, provocando o êxodo para as cidades de moradores no campo.

Os dados censitários, além de questionarem visões corriqueiras sobre os lugares de habitação dos indígenas, evidenciaram um “incômodo” para as autoridades governamentais: como lidar e atender as reivindicações desses indígenas residentes nos ambientes urbanos? Para o poder público uma primeira questão trata-se de atribuir uma classificação para esses indígenas: “índios na cidade”, “índios urbanos”, ou “índios desaldeados”, sendo a categoria “desaldeados” considerada pejorativa e por isso bastante criticada pelos indígenas.

Nos ambientes urbanos, portanto, habitam vários indígenas, a exemplo dos Guarani Mbya em Porto Alegre/RS, os Guarani na Terra Indígena Morro dos Cavalos, município de Palhoça, na Região Metropolitana de Florianópolis/SC; os Guarani-Kaiowá e os Terena em campo Grade e em Dourados/MS; os indivíduos e as famílias de vários povos indígenas na cidade de São Paulo e na grande Manaus/AM; os indígenas habitando em Rio Branco/AC e em Boa Vista/RR, com práticas agrícolas urbanas para o consumo por meio do plantio de fruteiras e hortas nos quintais.

A presença dos índios no universo urbano, se por um lado denuncia a falência das políticas indigenistas oficiais em não demarcar as terras indígenas, o que em muito mitigaria os deslocamentos para as cidades, por outro lado, vem se constituindo em um desafio para os estudos e pesquisas sobre a temática indígena, exigindo um esforço teórico na busca da compreensão sobre os indígenas que afirmam identidades e

reivindicam direitos em um novo ambiente. Suscitando também reflexões sobre os protagonismos indígenas na História e as relações com a História Ambiental urbana.

Os textos ora publicados são, portanto, contribuições para os debates sobre as relações entre os índios na História e a História Ambiental. São provocações para novas reflexões, perguntas e buscas de respostas na continuidade das discussões, favorecendo ainda abordagens interdisciplinares a respeito da temática indígena, ampliando com isso as lentes sobre os lugares, os papéis e os significados dos povos indígenas na História do Brasil.

Aos/as autor@s nossos agradecimentos. A tod@s boas leituras!

Dr. João Paulo Peixoto Costa (Professor de História no IFPI)

Dr. Edson Silva (Professor Titular de História da UFPE)